

MAYORGA, FERNANDO. DILEMAS: ENSAYOS SOBRE DEMOCRACIA INTERCULTURAL Y ESTADO PLURINACIONAL.

LA PAZ, BOLÍVIA: PLURAL, 2011, 332P.

ANA MARIA MARTINS AMORIM¹

Dilemas: Ensayos sobre Democracia Intercultural y Estado Plurinacional constitui uma valiosa contribuição para compreensão do atual cenário sociopolítico da Bolívia. Este livro faz parte de um longo percurso de investigação e análise do sociólogo e cientista político boliviano Fernando Mayorga sobre as recentes transformações no país, com o objetivo de avaliar os avanços, retrocessos e desafios do processo de implementação do Estado Plurinacional e da democracia boliviana sob o governo do Presidente Evo Morales.

As reflexões de *Dilemas* tomam como ponto de partida a singularidade da política boliviana marcada pelo protagonismo histórico dos movimentos sociais. Este protagonismo aumentou na última década e delineou transformações consolidadas na Constituição Política do Estado (CPE), que, a partir de sua promulgação em 2009, modificou a normatividade no sentido de ampliar e diversificar a participação política e cidadã. Entretanto, contradições estruturais e históricas impedem o avanço desse processo, pois apesar das transformações políticas e socioculturais em curso, persistem no Estado denominado Plurinacional práticas

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Comparados sobre as Américas da Universidade de Brasília. E-mail: anamartinsamorim@gmail.com.

convencionais do Estado nacional por meio da centralização do poder. Estas interpretações são sustentadas por pesquisas empíricas que abordam tanto a reconfiguração do Estado, a partir de suas práticas políticas e econômicas e discursos, quanto as dinâmicas e respostas dos movimentos sociais.

O Estado é tratado como instituição central das transformações políticas, não como ator isolado, mas a partir de suas inter-relações com outros agentes - partidos, movimentos sociais, organizações sociais e não-governamentais e mídia -, tomados como elementos constitutivos do campo político. O desenlace das possibilidades, escolhas e ações que configuram o sistema de poder boliviano em direção à construção da democracia intercultural e do Estado Plurinacional vai sendo desvendado, ao mesmo tempo em que são contempladas as tensões e contradições sociais como forças capazes de modificar o campo político.

Do ponto de vista teórico-metodológico, as análises se sustentam em uma perspectiva histórica mais ampla – o conceito de “longa duração” proposto pelo historiador francês Fernand Braudel –, adota uma leitura diacrônica dos fenômenos investigados e se afasta de tendências normativas, evitando interpretações restritas ao imediatismo, aos estereótipos e à descrição dos fatos. A preocupação em superar o caráter meramente descritivo do fenômeno político, coaduna com as ideias de Ianni (2002, p. 11), quando este autor adverte sobre os perigos de tomar a descrição como se “fosse um modo de ser inocente” que apenas sintetiza “elementos geográficos, históricos, econômicos e políticos”. Assim, os fatos políticos requerem uma interpretação sustentada por categorias analíticas constituídas a partir das particularidades concretas investigadas. A construção histórica e social da vida política é uma premissa teórica que contribui para desvendar o conjunto de forças sociais e políticas envolvido na reconfiguração das instituições e no processo de incorporação dos atores sociais, principalmente indígenas e mulheres, aos espaços de poder.

Como produzir teoria social a partir de uma realidade social tão heterogênea quanto a boliviana? O sociólogo boliviano René Mercado, nos anos 1970, definiu a condição singular do país como uma formação social “abigarrada”, conceito que se refere à coexistência de múltiplas organizações sociais, econômicas, políticas e administrativas locais, “verdaderas densidades temporales mezcladas” (ZAVALETA, 1983, p.214) e modos de vida particulares em sobreposição, que revelam tempos históricos descombinados. Este autor afirmava, então, a impossibilidade de sustentar um modelo teórico universal para explicar realidades tão singulares.

É com este olhar teórico crítico que Mayorga se mostra rigoroso ao recusar a transposição e adaptação de categorias teóricas. Ao analisar fenômenos que considera centrais como o populismo, nacionalismo e indigenismo, não os utiliza como conceitos prontos, senão os interpreta de forma crítica e contextualizada. Desse modo, populismo, nacionalismo e indigenismo no governo de Evo Morales são revisados e concebidos a partir das características identitárias do país, com ênfase na “reconfiguración de las modalidades de poder” (ESCOBAR, 2007, p. 16) decorrente do protagonismo dos movimentos e das organizações sociais na Bolívia. Este protagonismo implicou transformações no espaço político a partir da interconexão de novos sujeitos e da ação constituinte ativa desses sujeitos sobre si mesmos.

Para Mayorga, as múltiplas concepções de populismo convertem a palavra em um adjetivo que nada elucida sobre o atual governo boliviano. O peculiar populismo boliviano do século XXI mantém traços típicos do fenômeno populista, como carisma do líder, laços entre líder e seus seguidores, o sujeito popular interpelado pelo discurso político e o papel do Estado no projeto revolucionário; contudo, apresenta um elemento singular quando instaura o modelo de Estado centralizado tendo um novo sujeito popular – as *nações e povos indígenas originários camponeses* – e não o “povo”.

Mayorga confere especial importância ao papel dos discursos indigenista e nacionalista. Na última década, as instituições democráticas foram redesenhadas a partir do elemento discursivo identitário étnico e cultural que passou a ocupar o centro da discursividade política boliviana. A ênfase no discurso indigenista sustenta o reconhecimento de um sujeito jurídico portador de direitos coletivos que se converteram em uma nova identidade social: *as nações e povos indígenas originários camponeses*. Se o sujeito “povo” - o ser nacional - era uma construção ideológica na revolução nacionalista de 1952, *as nações e povos indígenas originários camponeses* constituem o sujeito político estabelecido pela nova Constituição. Assim, este *sujeito plurinacional* existe em termos jurídicos e somente pode ser representado pelo Estado Plurinacional. Já o discurso nacionalista se fundamenta na política econômica de nacionalização dos recursos naturais, principalmente de gás e petróleo. Desse modo, os dois discursos políticos legitimam a crescente centralização do Estado e operam como dispositivos constitutivos do campo político atual.

As categorias democracia, Estado e poder são repensadas a partir das discussões teóricas e políticas que emergiram nas últimas décadas do século XX, como alternativas tanto à teoria hegemônica de democracia proposta pelos países europeus e os Estados Unidos, quanto à definição do conceito de Estado-nação no contexto histórico latino-americano. As formas de democracia participativa e comunitária se apresentam como possibilidade, principalmente para os “países nos quais existe maior diversidade étnica (...) [e] grupos que têm maior dificuldade para ter os seus direitos reconhecidos” (SANTOS; AVRITZER, 2002, p. 14).

Contudo, alerta Mayorga, as novas práticas de participação política revelam restrições e ambiguidades, expressas na instabilidade do cenário sociopolítico do país, resultado da opção política por parte do governo de se distanciar da agenda inicial de descolonização, descentralização e autonomia, na medida em que concentra poder e se afasta das demandas da população, particularmente dos povos indígenas.

Ianni (2002, p. 12) sugere que pensar a realidade latino-americana requer uma “reflexão objetiva sobre os jogos de forças sociais, os processos e as estruturas de dominação e apropriação, compreendendo as adversidades, inquietações e ilusões de indivíduos e coletividades, grupos e classes sociais”, com o sentido de evitar análises que destorçam a realidade que se quer investigar. Esta preocupação está presente no esforço de Mayorga que, embora parta do Estado como objeto central de seu estudo, busca capturar a complexidade da ação dos movimentos sociais para pensar as relações de poder em múltiplas dimensões. Nesse sentido, problematiza até que ponto o sistema político proposto pelo governo atual da Bolívia tem sustentado efetivamente uma concepção de poder que transcende à noção de poder vinculada aos significados ontológicos e universais ocidentais presentes no modelo de Estado-nação dominador e acima da comunidade que lhe delegou poder.

Sobre essa questão, Dussel (2009) considera que o caráter e o conteúdo filosófico da noção de poder dentro de determinado campo político tornam-se constitutivos da ordem política correspondente. Portanto, a concepção de poder político predominante é uma construção social e histórica que emergiu no contexto de dominação e expansão do mundo ocidental, impondo o Estado centralizador e a teoria de democracia representativa como formas legítimas de tomada de decisões. Assim, transformações do campo político requerem o resgate do significado positivo da concepção de poder, constituído a partir de outros agentes sociais, os setores historicamente subalternizados. Cabe, então, a superação das categorias universalizadas e naturalizadas pelo discurso estratégico emanado dos centros de poder e a reconfiguração do sistema político a partir do poder das comunidades nos processos políticos. Aqui, é pertinente a problematização de Mayorga quanto à concepção de poder que ora se institucionaliza na Bolívia e se apresenta como possibilidade de ressignificação e reconfiguração do poder ou de continuidade do padrão de poder centralizado hegemônico

Com ênfase nas práticas e nos discursos políticos como elementos constitutivos das relações de poder, o sistema político é tomado como um processo em construção, impulsionado por interesses, escolhas e forças do jogo político. Tais abordagens críticas revelam, de um lado, a tendência à disjunção entre o sistema de poder e a proposta de plurinacionalidade e interculturalidade e, por outro, demonstram que a relação entre os diversos atores políticos no processo de configuração das relações de poder não é dada, natural e estática, mas é um processo construído e que, portanto, pode ser reconstruído e rearticulado constantemente. Para tanto, o autor indica o caminho da descentralização e do diálogo entre governo e sociedade como alternativa política para “articular la diversidad de un modo inédito y descolonizado” (CUSICANQUI, 2003, p. 56).

O eixo central dessa discussão é a necessidade de examinar a relação entre a produção do conhecimento e o poder, pois as categorias também carregam uma história e um lugar que conferem ao saber um importante papel na configuração hierárquica do poder. Assim, o conhecimento deixa de se atópico e universal e se converte, ele mesmo, em objeto de estudo (LANDER, 2005). Em um momento de intensas críticas aos saberes hegemônicos produzidos nos centros, emerge nas Ciências Sociais a proposta de descentralizar, pluralizar e re-historicizar o conhecimento. Considerando que “as hierarquias do conhecimento apoiam-se em hierarquias de poder” (RIBEIRO; ESCOBAR 2012, p. 30), busca-se alternativas teóricas para abordar as realidades até então desprestigiadas pelo pensamento ocidental.

Dilemas responde às questões a que se propôs ao contribuir para uma compressão dialógica do processo político e demonstrar que o conhecimento da realidade é imprescindível para estabelecer estratégias políticas. Em síntese, Mayorga pressupõe a importância da teoria para compreensão do fenômeno político e a necessidade de expor e refletir contextualmente as categorias utilizadas em suas interpretações. Nesse sentido, adota a perspectiva teórica, segundo a qual “todo conocimiento crítico

debe comenzar por una crítica del conocimiento mismo” (SOUZA SANTOS, 1998, p. 222), e se insere no debate contemporâneo das Ciências Sociais que postula uma nova maneira de produzir conhecimento e pensar as realidades submetidas historicamente.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CUSICANQUI, Silvia Rivera. Oprimidos pero no vencidos. 4ed. La Paz: Aruwiyiri, 2003.
- DUSSEL, Enrique. Política de la liberación. Madrid: Trotta, 2009.
- ESCOBAR, Arturo. Modernidad, identidad, y la política de la teoría. Anales Nueva Época n. 9/10, 2007, p.13-42.
- FALERO, Alfredo. El paradigma renaciente de América Latina: una aproximación sociológica a legados y desafíos de la visión Centro-Periferia. In: BEIGEL, Fernanda et al. Crítica y teoría en el pensamiento social latinoamericano. Buenos Aires: CLACSO, 2006.
- IANNI, Octávio. Enigmas do Pensamento Latino-Americano. São Paulo: IEA/USP, 2002. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/artigos>. Acesso em 28 nov 2012.
- LANDER, Edgardo. Ciências Sociais: saberes coloniais e eurocêntricos. In: LANDER, Edgardo (Org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Buenos Aires: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.
- RIBEIRO, Gustavo Lins.; ESCOBAR, Arturo. Transformações disciplinares em sistemas de poder. In: RIBEIRO, Gustavo Lins; ESCOBAR, Arturo (Orgs). Antropologias Mundiais: transformações da disciplina em sistemas de poder. Brasília: Universidade de Brasília, 2012.
- SOUZA SANTOS, Boaventura. ¿Por qué es tan difícil construir una teoría crítica? Zona Abierta, Espanha, n. 82-83, 1998.
- SANTOS, Boaventura de Souza; AVRITZER, Leonardo. In: SANTOS, Boaventura de Souza, (Org.) Democratizar a democracia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.
- ZAVALETA, Rene. 50 Anõs de história. La Paz-Bolívia: Los Amigos del Libro, 1992.